

América: uma identidade construída pela política e religião?

America: An identity built by politics and religion?

Kely Aparecida Lopes

Mestranda no PPG de História da Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: A independência da América passou por vários processos sociais e políticos. Mas, internamente, tal fator se reflete na formação da identidade. Agentes diversos foram responsáveis por este princípio de ordem social interna, mas ressaltamos a política e religião como atores principais neste contexto de condução da nação. Destacamos a grande influência da Igreja Católica e os acordos políticos realizados com as elites dominantes. Diante disso, vários desdobramentos ocorreram, tais como a criação de normas orientadoras ao governo e ao modo de vida dos cidadãos. A proposta deste estudo consiste em analisar este contexto e influências que possibilitaram a permeação da construção da identidade americana. Esta análise é realizada de forma geral sem considerar as especificidades de cada país, focando nos desdobramentos comuns de cada nação responsável por gerar as especificidades do continente.

Palavras-chave: Identidade americana. Religião. Política. Nacionalismo.

Abstract

America's independence went through several social and political processes. But internally, this factor is reflected in the formation of identity. Several agents were responsible for this principle of internal social order, but we highlight politics and religion as main factors in this context of leading the nation. We highlight the great influence of the Catholic Church and the political agreements made with the dominant elites. In view of this, several developments occurred, such as the creation of norms oriented to the government and the way of life of citizens. The purpose of this study was to analyze this context and the influences that enabled the permeation of the construction of Americana. This analysis is carried out in a general way without considering the specificities of each country, focusing on the common developments of each nation responsible for generating the specificities of the continent.

Keywords: American identity. Religion. Policy. Nationalism.

Introdução

Ao falar sobre as independências políticas da América, inevitável não discutir sobre a construção de uma identidade política, econômica e social. Até que ponto é possível o debate, requer estudo mais aprofundado em fontes específicas. No entanto, o que se quer aqui é demonstrar alguns dos pensamentos que vão de encontro a parte desta reflexão e entendê-los em seu contexto.

Nosso objetivo principal é perceber de que forma a identidade americana sofreu influências de seu próprio conceito pré-concebido pela cultura europeia ou por uma cultura europeizada. E diante disso fazer um diálogo entre a construção da identidade pelo meio político e a religião estabelecida no período.

Permear até que ponto os governantes emergentes da nova América tinham o controle da formação do nacionalismo é importante para verificar quais os atores conduziam aquele contexto. E assim, compreender a possível interligação deste cenário com as ideias dominantes da época. Somado a isso objetivamos, diante o poder latente da Igreja católica pelo mundo europeu, que refletiu no novo mundo, saber se as ideias canônicas promoveram ou propuseram alguma forma de caminho para uma possível formação continental da identidade americana.

O contexto de pós independência dos países da América é o nosso palco de estudo e marco temporal. Como fontes foram utilizadas obras de autores especialistas em história da América, tendo como metodologia a revisão bibliográfica.

1. A identidade, a religião e a política

Quando a América foi batizada, e recebeu o nome de um europeu oriundo de um país católico, ficou evidenciada a intenção dos exploradores. Por muito tempo palavras como *descobrimientos* emergiam dos livros didáticos. Estudo realizado no ano de 2016 na Espanha, em dezoito obras editadas entre 2000 e 2015 e três de 1990, apontou que ainda na atualidade a “configuração geral dos livros didáticos de ensino de História, a visão que predomina sobre a colonização imperialista do *Nuevo Mundo* é uma visão positivista, “norteada” pelos conceitos de evolução, civilização e progresso”.⁴⁰¹

Assim, para os países da América, formar nações com características próprias, de economia e legislações autônomas não seria de fato uma tarefa simples. Alterar a percepção de pessoas acostumadas a considerarem-se europeus de que, a partir das independências, eram americanas, tratou-se de um processo complexo. Desta forma, não é difícil entender os altos e baixos do desenvolvimento da identidade americana.

O termo América nasceu somente em 1507, segundo Rafael Leporace Farret, “quando o geógrafo alemão Martin Waldseemüller publica Introdução à Cosmografia, contendo um mapa no qual o autor refere-se ao Novo Mundo como “América”, em [...] homenagem a Américo Vespúcio”.⁴⁰²

A construção do nome deixou na penumbra e no esquecimento qualquer tentativa de valorizar os povos autóctones, indígenas ou negros. Sempre da perspectiva europeia, a América Latina foi se estabelecendo no mundo ocidental moderno como periferia, inferiorizada e explorada. Compreender o processo de construção do nome compõe um esforço maior de entender nossa situação

⁴⁰¹ CAROLA, C. R.; MONTÉS, R. V.. América Latina e Aby Yala No Ensino de História Espanhol: “Descobrimiento”, A Conquista e as Controvérsias da Leyenda Negra. *História da Educação*, v. 23, p.1-32, 2019. p. 11.

⁴⁰² FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v.12, n.23, jul-dez, 2011. p. 33.

colonial, de questionar nossa identidade, a fim de buscar superar nosso complexo de Caliban.⁴⁰³

A poética em citar um personagem de Shakespeare para explicar um conceito cunhado pelos atos europeus, está na representação de seu significado, ao que Boaventura de Sousa Santos esclarece:

A identidade dominante reproduz-se assim por dois processos distintos: pela negação total do outro e pela disputa com a identidade subalterna do outro. Quase sempre o primeiro conduz ao segundo. A identidade dominante e mesmo matricial da modernidade ocidental – Próspero/Caliban, civilizado/selvagem – reproduziu-se inicialmente pelo primeiro processo e depois pelo segundo.⁴⁰⁴

A América Latina como identidade demorou um pouco mais a ser implementada, e boa parte disso em virtude do que foi retratado, vendido e disseminado durante a colonização. Americanos que se consideravam europeus, sem serem reconhecidos por estes como iguais criaram um paradoxo transformando-se a si próprios, talvez de forma inconsciente, em *outsiders*.

A divisão no próprio continente é demonstrada de forma caótica. A América não é mais um território europeu, mas não demonstra uma identidade tipicamente americana. Aliás, a busca é pelo que considerar americano:

Segundo Phelan, foi à época dos preparativos da invasão francesa ao território mexicano que nasceu o termo “América Latina”, em um artigo de 1861 escrito por L. M. Tisserand na *Revue des Races Latines*³¹, publicação que circulou em Paris entre os anos de 1857 e 1861, com uma orientação panlatina. Rapidamente, o termo foi apropriado por outros intelectuais franceses e por alguns hispanoamericanos residentes na Europa.⁴⁰⁵

A constituição do eu patriótico se torna ainda mais difícil, quando de forma deliberada, resolve-se deixar à margem da sociedade os povos originários, diante o esforço social e religioso em padronizá-los em não merecedores, selvagens ou não iguais em direitos. Embora, este ato seja tão somente uma continuidade ao que já era feito pela metrópole, que impôs o culto ao catolicismo, a fim de que ocorresse a “catequização de índios pela Ordem Jesuíta, a destruição da cultura local que para as

⁴⁰³ FARRET; PINTO, 2011, p.31.

⁴⁰⁴ SANTOS, Boaventura Sousa (2001)- Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, póscolonialismo e inter-identidade. In RAMALHO, Irene; RIBEIRO, António Sousa (org.s) (2001)- *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, 2001, p. 23-85. p.30.

⁴⁰⁵ PHELAN, John Leddy. El origen de la idea de Latinoamérica. In: ZEA, Leopoldo (Comp.). Fuentes de la cultura latinoamericana. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 461-475. In: FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v.12, n.23, jul-dez, 2011, p.36.

civilizações, eram tão avançadas em alguns campos da ciência quanto os [...] conquistadores e o principal objetivo, a extração de metais”.⁴⁰⁶

A tentativa de apagamento dos povos originários da história foi tão intensa que “Por muito tempo, na historiografia, os índios não foram concebidos como agentes. Portanto, as várias etnias e os índios misturados não constituíam alvos dos pesquisadores das independências”.⁴⁰⁷

A igreja foi, na América, grande instrumento de dominação e aculturação dos indígenas e de toda a população das colônias hispano-americanas. Controlou o saber e a ciência, fundou universidades e introduziu a imprensa. Além disso, exerceu um formidável poder econômico. A riqueza da arquitetura da época confirma o seu poder e a sua riqueza.⁴⁰⁸

Assim, o que muitos consideravam como pátria era fruto de uma usurpação confiscadora que deveria ser implementada rapidamente através das normas. Lembrando que na colonização “As terras conquistadas pelos espanhóis como suas e traduzida pela lei espanhola como propriedade legal, trataram rapidamente de estabelecer sua posse, adotando práticas violentas [...]”.⁴⁰⁹

Mas, então quem seriam os beneficiários? Os verdadeiros herdeiros da terra? Tais questionamentos foram respondidos através das elites dominantes da América que cunharam as regras garantidoras de seu poder e hegemonia. Na Bolívia, por exemplo, segundo Giovani José da Silva⁴¹⁰ depois da independência o governo republicano, dividiu as terras indígenas chiquitanas para aqueles que não eram índios e para os mestiços da região de Santa Cruz. De acordo com o autor, a fim de sanar a necessidade de mão de obra, o governo ainda impôs o denominado *empadronamiento forzoso* que levou o chiquitano a condição de escravo, podendo inclusive ser vendido com a terra.

O poder era, assim, repassado de tempos em tempos a um ou outros no jogo de xadrez daqueles que tinham como agremiar exércitos ou milícias em nome de suas causas patrióticas incontestáveis. Neste sentido, Vitor Izecksohn ao falar sobre a unificação da Argentina menciona os desafios de sua implementação concreta:

A unidade territorial argentina fora proclamada, mas sua existência de fato ainda era muito precária. O localismo resistiu à interferência

⁴⁰⁶ BARRETO, Sérgio Salomão Diniz Maia. *Independência Da América Espanhola Meridional: A Formação das Repúblicas da Gran Colômbia por Simón Bolívar, O Congresso do Panamá e as Perspectivas Políticas e Jurídicas nas Relações Internacionais*. Orientador: Prof.Dr. Maurício de Albuquerque Wanderley. 2018. 98 f. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais), Faculdade Damas da Instituição Cristã –FADIC, Recife,2018, p.08.

⁴⁰⁷ SOIHET, Rachel. História da América na Universidade Federal Fluminense (UFF) em retrospectiva in: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. *História das Américas*. Rio de Janeiro, FGV, p. 213-241, 2011. p.13.

⁴⁰⁸ ALMEIDA, Andréa Barbosa Ramos. A Inquisição como Instrumento de Poder da Igreja na América Espanhola – 1ª parte. *Revista Dimensões*, UFES, n.1, p. 38-58, 1990. p.51

⁴⁰⁹ BARRETO, 2018, p.08.

⁴¹⁰ SILVA, Giovani José. Séculos de história indígena no coração da América do Sul: os chiquitano no (atual) oriente boliviano. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 159-186, dez. 2011. p. 172.

do poder central em questões específicas, particularmente no recrutamento de soldados dentre os clientes e agregados dos caudilhos regionais. Os espíritos continuaram exaltados, num estado latente de revolta e suspeita face às intenções mitristas, ainda que a habilidade dos federalistas de contrapor-se às demandas unitárias fosse cada vez menor. A facção unitária governava através do partido Liberal, é certo, mas a capacidade de aplicar leis uniformes variava conforme a província e a permeabilidade de suas lideranças às demandas centripetas.⁴¹¹

No contexto continental, aconteceram várias tentativas de integração entre as novas nações formadas. De acordo com Nilson Araújo de Souza⁴¹² dentre elas estão o Congresso Anfictiônico do Panamá, que ocorreu em 1826, o congresso hispano-americano que culminou no Tratado de Confederação, o Tratado Continental em 1856. E ainda segundo o autor, embora tenham ocorrido grandes esforços essas tentativas não obtiveram êxito. Sendo inúmeras as causas do insucesso, dentre elas os desentendimentos das oligarquias e dos caudilhos que mantinham o poder não somente político, mas também econômicos.

Cada um dos entes do jogo político foi moldado conforme as necessidades da época, nos heróis das jornadas necessárias. Homens eram forjados nas entranhas do deserto, que realçavam suas forças e luta em nome da nação ainda em desenvolvimento. A própria natureza era refletida nestes espelhos de resignação e coragem. Martín Servelli⁴¹³ ao descrever sobre a comparação dos Andes com o General San Martíns, fala do papel “protagônico reservado a los escenarios naturales em este proyecto se expresaba idealmente en la simbiosis entre el héroe y su teatro de acción”.

Eric Van Yong⁴¹⁴, se referindo à criação de heróis e mitos, descreve que “desde o surgimento do moderno nacionalismo revolucionário [...] do Atlântico das últimas décadas do século XVIII, essas inversões sociais e políticas tornaram-se presas ao destino das [...] tribos [...] que chamamos de Estados-nação.” Portanto, a criação de uma identidade não é um tema recente.

Na construção das nações emergentes, ainda segundo Yong⁴¹⁵ o papel dos novos governantes é “fazer com que essas grandes convulsões sociais e políticas pareçam naturais, heroicas, legítimas e justas para permitir que a população em geral extraia algum sentido de suas experiências de guerra interna”.

Vários fatores influenciam nestas construções, e, portanto, não somente o mundo político, principal interessado neste contexto, mas citamos também o caráter religioso deste viés.

⁴¹¹ IZECKSOHN, V. A Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação. *História Unisinos*. 21(3):365-377, Setembro/Dezembro, 2017. p.367.

⁴¹² SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: as ondas de integração. *Oikos*, v. 11, n.1, p. 87-126, 2012. p.89-90. [online]

⁴¹³ SERVELLI, Martín. *A través de la República: corresponsales viajeros en la prensa porteña de entre siglos XIX-XX*. Buenos Aires: Prometeo Livros, 2019, p.197-247, p.207.

⁴¹⁴ YOUNG, E. Revolução e Comunidades Imaginadas no México, 1810-1821. *In.*: PAMPLONA, DOYLE. *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2008, p. 267-298, p.267.

⁴¹⁵ YOUNG, 2008, p. 267.

O conhecimento convencional a respeito da independência mexicana, desenvolvido ao longo de gerações de estudos acadêmicos históricos muito meticulosos, é que, quando veio a independência em relação a Espanha em 1821 e com ela, a criação da nação mexicana, esse foi o resultado de uma aliança independente de classe e de etnia, possibilitada no mínimo por uma ideologia nacionalista rudimentar. Além disso, nessa narrativa triunfalista, o movimento da independência era representado simbolicamente pela Virgem de Guadalupe, cuja invocação denunciava a forte religiosidade da sociedade mexicana, quaisquer que fossem as divisões regionais, étnicas e de classe, o que emprestou à insurreição seu forte caráter providencialista.⁴¹⁶

Embora Yong questione esta forma de apresentação *triumfalista* da construção da identidade mexicana, o que se percebe é que ainda que a consideremos errônea ou falha, trata-se de uma expressividade histórica de interpretação de um período. O que determina a importância do tema frente ao assunto principal. Pois, foi utilizado como justificativa em um dado espaço tempo.

Ao mencionar, por exemplo, sobre a província de Santa Fé após a revolução, Tulio Halperin Donghi⁴¹⁷ aponta que ocorreram algumas mudanças, especialmente na economia, pois soube-se aproveitar do momento, mas que outras questões, como as religiosas permaneceram. “Santa Fe conserva la memoria de lo que fue; la iglesia tiene en la vida santafesina un peso que no tendrá en el Litoral de colonización más reciente [...]”.⁴¹⁸

Laura Hosiasson⁴¹⁹ também alude ao papel da religião ao mencionar a morte na guerra descrevendo que: “O valor dessa morte heroica é equiparável ao da morte como sacrifício religioso”. E menciona quanto ao nacionalismo:

A viagem à região dos limites nacionais é, nesse sentido, uma viagem de reconhecimento de um bem comum que põe em relevo o sentimento do indivíduo de pertencer ao seu grupo. As fronteiras nacionais da América hispânica, não sendo diferenças linguísticas nem tampouco ostensivamente geográficas, têm um caráter mais simbólico ainda. A nação hispano-americana funda-se basicamente numa identidade jurídica (o mencionado *uti possidetis*), a partir da qual são fabricados os emblemas e as especificidades do “nacional”.⁴²⁰

Para Hosiasson a comparação entre o poder dos homens e de Deus, ou concedido por este, embora apareça em várias literaturas do passado também é enunciada no século XX, por autores que inclusive manipulam este importante

⁴¹⁶ YOUNG, 2008, p. 269-270.

⁴¹⁷ DONGHI, Tulio Halperin. *Revolución y Guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

⁴¹⁸ DONGHI, 2015, p.40.

⁴¹⁹ HOSIASSON, Laura. *Nação e Imaginação na Guerra do Pacífico*. São Paulo, EDUSP, 2011, p. 15-55, p.47.

⁴²⁰ HOSIASSON, 2011, p.46.

paralelo, a fim de demonstrar o desalento dos vencidos em desconfiança a Deus. Aludindo aos “escritores da Guerra do Pacífico e, entre eles, os mais prolíficos como Guillermo Thorndike, do Peru, e Jorge Inostrosa, do Chile”.⁴²¹

Sobre a influência da religião católica, Rebecka Leite Costa⁴²² menciona que no momento em que os caudilhos tentavam consolidar o seu poder e o jogo político se intensificava em tempos de independência, a Igreja teve fundamental importância como legitimadora, através de alianças de benefícios mútuos. A instituição aproveitou-se para firmar-se como peça-chave das manobras de decisões e escolhas públicas e se colocou no centro das mediações frente ao poder civil, dando credibilidade a quem lhe era de interesse político favorável. Os acordos realizados eram facilitados diante o diálogo, que era realizado pela instituição com os políticos, que não raras vezes possuíam a formação educacional oriunda dos colégios monásticos.

No Chile, segundo Ana Maria Stuvén⁴²³, ao tempo da Proclamação da República a religião católica tornou-se a oficial do país, demonstrando uma continuidade quanto à crença, o que refletia no estado das classes dominantes que permanecia intocável mantendo o poder, o qual apenas mudava o formato. A autora aponta que embora ocorressem ataques diretos à dependência política que a ex-colônia havia sido submetida pela metrópole, o mesmo não acontecia quando o assunto era relacionado a cultura ou a religião, ao menos no primeiro momento da república. No entanto, estado e religião tinham suas diferenças e se confrontavam em dados momentos, mas, ambos eram certos da necessidade um do outro para manutenção do poder.

Na Argentina, ideias distintas envolvendo a laicidade do estado tiveram influências diretas na educação, ao tempo de formação do próprio país. Neste sentido:

La existencia de posturas disímiles en torno a la laicidad dentro del territorio argentino será uno de los rasgos que marcará la definición de lo educativo y el rol de la Iglesia en las décadas siguientes. Recién en este momento histórico de formación de la Argentina resulta pertinente hablar de la laicidad educativa en base a la construcción de libertades referidas a lo religioso entre el Estado y la Iglesia, si bien todavía esos dos actores no habían conformado y consolidado acabadamente sus perfiles institucionales.⁴²⁴

De acordo com Eliane Lucia Colussi⁴²⁵, no Brasil, na primeira década da independência, um dos principais embates da Igreja era com a maçonaria, que defendia que aquela não deveria interferir na vida em sociedade. Dentre os vários enfrentamentos das duas instituições está o relacionado aos cemitérios, a fim de que fossem secularizados para cumprimento do que já previa uma norma de 1828. No

⁴²¹ HOSIASSON, 2011, p.49.

⁴²² COSTA, Rebecka Leite . O Jogo de Tabuleiro diplomático das Independências Platinas frente a realidade material e simbólica da Igreja. *Brasiliensis* , v. 7, p. 131-167, 2018. p. 159.

⁴²³ STUVEN, Ana Maria . A Igreja Católica Chilena no século XIX : Encontros e desencontros com a modernidade filosófica . *Teol. Vida*, vol.56, n.2, p.187-217, 2015. [on-line],

⁴²⁴ TORRES, G.. Iglesia católica, educación y laicidad en la historia Argentina. *História da Educação*, v. 18, n. 44, p. 165–185, set. 2014. p.170. [online]

⁴²⁵ COLUSSI, E. L. Espaços de secularização no século XIX: a atuação da maçonaria no Brasil e no Uruguai. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 103–116, 2003. DOI: 10.15448/1980-864X.2003.2.24021. [online]

entanto, diante os vários entraves da Igreja Católica, que colocava óbice no intento, somente por volta de 1870 passou-se a etapa de cumprimento à exigência de criação de cemitérios municipais. Para a autora, mais do que uma divergência ideológica, a situação evidenciava uma divergência social complexa que expunha quem ousava confrontar a Igreja, que podia inclusive ter o sepultamento negado.

Na Confederação Americana da Venezuela no Continente Sul a própria ata de independência já iniciou *em nome do Deus Todo Poderoso*⁴²⁶. Mas, tal fato não impediu Bolívar de culpar a Igreja Católica como uma das causadoras do insucesso da primeira república. Pois, para ele a instituição utilizou-se do grande terremoto de 1812 para difundir a ideia de que era um sinal dos céus em desacordo com as pretensões de independência da Espanha, como menciona Sérgio Salomão Diniz Maia Barreto.⁴²⁷

No Estado Oriental Del Uruguai a primeira Constituição, pós independência, foi a de 1830, que trazia a religião católica como oficial do Estado, forma de governo republicana, proibia o tráfico de escravos e determinou que todos que nascessem no país fossem livres.⁴²⁸

A Colômbia foi o primeiro país na América Latina cuja constituição separou o Estado da religião. E desde a sua independência em 1810, segundo Luiz Carlos Ramiro Junior⁴²⁹ detecta-se que por três vezes na história tornaram-se evidentes os confrontos entre a Igreja e os adeptos do liberalismo. Em 1850 os jesuítas foram expulsos e em continuidade em 1853 ocorre a secularização do Estado, o segundo momento, de acordo com o autor foi no governo do General Tomás Mosquera, que tomou várias medidas para diminuir o poder clerical, e o terceiro ocorreu quando a partir de 1870 iniciou-se o processo de tornar laica a educação.

No entanto, esse processo não foi assim tão simples, porque ainda segundo Ramiro Junior⁴³⁰, no início da república mesmo líderes políticos como Rafael Núñez Moledo, que também era liberal, “interpretava que para a Colômbia ainda era necessária a presença da Igreja e a aliança do poder político com a instituição religiosa devido as condições de atraso da população”.

Na Costa Rica perpassando a independência à atualidade o estado é confessional, tamanha a influência da religião nas questões políticas:

Los sacerdotes también lograron que en las principales cartas constitucionales de Costa Rica se declarara la religión católica «única verdadera» y se exclu-yera a cualquier otra. Esa idea se mantuvo hasta 1825, cuando se declaró que «La católica es la religión del Estado protegida con leyes justas», pero no hubo exclusión explícita de otras religiones. Fue un logro realmente importante para la religión católica porque le permitía estar presente

⁴²⁶ BARRETO, 2018, p.50.

⁴²⁷ BARRETO, 2018, p.49.

⁴²⁸ Estado Oriental Del Uruguai. Constitución de la Republica de 1830. Montevideo, 1830. [online]

⁴²⁹ RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos. Igreja Católica E Política No Século XIX: Brasil e Colômbia. III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR, 2013, Curitiba. *Anais eletrônicos*. Curitiba, p.1-27, 2013. p.16. [online]

⁴³⁰ RAMIRO JUNIOR, 2013, p.07.

en la constitución sin la presencia de otras religiones. La idea de un Estado confesional se mantiene en el 2011.⁴³¹

No Peru, de acuerdo con Daniel Morán⁴³² a própria imprensa republicana reconhecía a importância da Igreja no cenário de independência, embora em alguns momentos “se observa o ambíguo comportamento do clero na conjuntura das guerras de independência e na persistente relação da esfera religiosa com o poder político”⁴³³. Conclui Morán, que aqueles que detinham o poder, fossem eles patriotas ou realistas, preocupavam-se em legitimar as suas conquistas não se importando se para isso precisariam se aliar ao clero.⁴³⁴

A elite da Nova Espanha, não diferente de vários outros países, trazia consigo os valores católicos profundamente herdados. O que se depreende é que realizar a independência sem o apoio clerical talvez fosse possível, mas com ele seria uma força a mais. Tal união ficou evidente uma vez que, “a definição de cidadão da Constituição de Apatzingán afastava-se dos postulados revolucionários franceses, pois no artigo quinze não dava aos hereges e apóstatas a qualidade de cidadãos”.⁴³⁵

Na Nicarágua, no governo do presidente Zelaya foi realizada uma espécie de pacote de modernização, a fim de firmar as estruturas sociais e culturais do país. Dentre as ações estava a separação do Estado e da igreja:

Durante el último cuarto del siglo XIX la clase dominante nicaragüense hizo un esfuerzo consistente por fortalecer el aparato estatal en todo el territorio nacional. El presidente José Santos Zelaya (1893-1909) se interesó por crear un proyecto político-cultural de nación. Asimismo, el cultivo del café demandaba que el Estado estableciera las condiciones económicas, políticas y sociales para su expansión. Dentro de este proyecto de se emitió la Constitución de 1894 que proveyó un marco legal para establecer la separación entre la Iglesia y el Estado, el derecho de propiedad y seguridad individual, la educación laica y gratuita, la formación de un ejército moderno y la anexión de la Mosquitia, entre otros logros.⁴³⁶

⁴³¹ VELÁZQUEZ BONILLA, Maria Carmela. As mudanças político-administrativas na diocese da Nicarágua e Costa Rica. Das reformas Bourbon à independência. *Hispania Sacra*, [S. l.], v. 63, não. 128, p. 569–593, 2011. P.590. DOI: 10.3989/hs.2011.v63.i128.284. [online]

⁴³² MORÁN, Daniel. Sem Religião não Pode Haver Estado Algum - O Fenômeno Religioso e a Ideologia Providencialista no Peru Durante as Guerras De Independencia, 1810-1825. CSOnline - *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, [S. l.], n. 11, 2011. p.49-50. [online]

⁴³³ MORÁN, 2011, p.49-50.

⁴³⁴ MORÁN, 2011, p.49-50.

⁴³⁵ ÁVILA, Alfredo; TORRES PUGA, Gabriel. Do francês ao gachupin: a xenofobia do discurso político e religioso da Nova Espanha, 1760-1821. In: PAMPLONA, Marco A., MÁDER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, p. 119-167, 2008. p.158.

⁴³⁶ GAITÁN, Chester Urbina. Miradas a la trayectoria centroamericana en los dos siglos de independencia La celebración de la independencia en Nicaragua (1866-1928). *Revista Estudios*. Costa Rica, (39), p.1-35, 2019. p.7 [online]

Já no Paraguai, destaca-se o confisco de terras da Igreja Católica, realizado através da reforma agrária no governo de Rodriguez de Francia, que considerava inviável a aplicação dos projetos de independência no país diante a organização social formada pelos sedimentos do período colonial, como bem aponta Luis Rojas Villagra⁴³⁷. Para o autor, neste período iniciou-se as bases para uma política econômica igualitária, a qual foi herdada pelo sucessor de Francia, quando todo este processo se tornou ainda mais sólido. No entanto, este percurso foi suspenso pela guerra da Tríplice Aliança.⁴³⁸

Portanto, percebemos o uso da religião não somente como aliada ao cenário nacionalista, mas também de contradição àqueles que se utilizam dela para estar no poder e obter a legitimação deste poder. Ou, como forma de predestinar vencedores e derrotadas, inclusive no contexto das batalhas. Na Guerra do Pacífico, por exemplo, “Matar aquele que não está com Deus torna-se, então, um procedimento de rotina”.⁴³⁹

Na independência e consolidação da América, os enfrentamentos eram constantes e havia interessados de toda ordem a fim de que ocorressem. No que se refere à Guerra do Paraguai, Vitor Izecksohn⁴⁴⁰ aponta que se por um lado, apresentava-se a divisão brasileira com relação a apoiar a guerra, por outro na Argentina, os maiores entusiastas eram aqueles que lucravam com ela, tais como os comerciantes e fazendeiros como a maior clientela do Estado.

Através dos interesses, política e Estado por vezes se misturam em definição, e aquela possui um conceito amplo por onde já se enveredaram vários autores e atores. Catherine Colliot-Thélène ao explanar sobre a acepção de política a qual chama de weberiana, diz que essa vertente orienta o termo para “[...] a atividade dos homens que fazem da política sua profissão, mas permanece pertinente, parece-me, no sentido de que a política se torna uma forma específica da atividade social na medida em que se reporta ao poder de Estado”.⁴⁴¹

O jogo político é sempre realizado desde que uma parcela da sociedade entendeu que uma outra deveria ser conduzida. Ditadores nasceram assim, bem como a democracia. Uma parte da soberania foi doada em nome dessa condução das massas em prol do bem e a paz social.

A partir do momento em que uma sociedade cresce o suficiente para que seus membros necessitem pautar o comportamento por normas gerais, cuja aplicação deve ser imposta por uma autoridade que não deriva sua legitimidade de vínculos de parentesco, estamos em face de um embrião de organização política, sendo irrelevante que a chamemos de sociedade civil ou de Estado.⁴⁴²

⁴³⁷ ROJAS VILLAGRA, Luis. *A metamorfose do Paraguai: do esplendor inicial à sua decomposição traumática*. Fundação Rosa Luxemburgo, Asunción, 2014, p.12-13.

⁴³⁸ ROJAS VILLAGRA, 2014.

⁴³⁹ HOSIASSON, 2011, p.49.

⁴⁴⁰ IZECKSOHN, V. A Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação. *História Unisinos*. 21(3). p. 365-377, Setembro/Dezembro, 2017. p.370.

⁴⁴¹ COLLIOT-THÉLÈNE, C.. O conceito de política posto à prova pela mundialização. *Revista De Sociologia e Política*, (12), p.7-20, 1999. p.12. [online]

⁴⁴² FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, p.39-40.

Senhores, reis e presidentes estiveram pela América ao longo de sua formação e o povo é a única parte que permanece intacta com suas reivindicações seculares, promovidas no *rol* da desigualdade. Se verificarmos os anseios da população ao tempo da independência da América e compararmos com a atualidade, percebemos que a linguagem vai se transformando, mas através das interpretações mais cuidadosas, um paralelo pode ser feito entre os tempos e mundos. A história não parece ser cíclica, tão pouco linear, mas algo de comum acontece no decorrer das gerações que fazem com que as necessidades da nação sejam manifestadas em similares insatisfações com o poder.

Considerações Finais

A partir da problemática de formação da nacionalidade e o sentimento de pertencimento dos americanos é possível entender o elo entre a identidade, força religiosa e o poder político. A América enquanto independente teve a sua formação tanto através das influências de uma forte religiosidade católica, quanto da estrutura política das elites da época.

No entanto, a América como um todo é como um quebra cabeça cujas peças foram sendo conquistadas nos palcos da Europa. A independência gerou anseios e necessidades diferentes a depender do contexto em que cada nação era criada. E assim, não raras vezes, por ter uma cultura não valorizada ou reconhecida, o novo continente se remetia ao velho em busca do que era considerado o progresso.

E quanto à Igreja Católica, mesmo após as independências, continuou a ter influências o que é perceptível inclusive nas normas dos novos países que se formavam. Estado e Igreja interagiram formando uma força de manutenção à tutela do modo de viver das pessoas e assim conduzindo e mantendo o poder.

Referências

- ALMEIDA, Andréa Barbosa Ramos. A Inquisição como Instrumento de Poder da Igreja na América Espanhola – 1ª parte. *Revista Dimensões*, UFES, n.1, p. 38-58, 1990.
- ÁVILA, Alfredo; TORRES PUGA, Gabriel. Do francês ao gachupin: a xenofobia do discurso político e religioso da Nova Espanha, 1760-1821. *In: PAMPLONA, Marco A., MÄDER, Maria Elisa (org.). Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas*: Nova Espanha. São Paulo: Paz e Terra, 119-167, 2008.
- BARRETO, Sérgio Salomão Diniz Maia. *Independência Da América Espanhola Meridional: A Formação das Repúblicas da Gran Colômbia por Simón Bolívar, O Congresso do Panamá e as Perspectivas Políticas e Jurídicas nas Relações Internacionais*. Orientador: Prof.Dr. Maurício de Albuquerque Wanderley. 2018. 98 f. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais), Faculdade Damas da Instituição Cristã –FADIC, Recife,2018.
- CAROLA, C. R.; MONTÉS, R. V.. América Latina e Abya Yala No Ensino de História Espanhol: “Descobrimento”, A Conquista e as Controvérsias da Leyenda Negra. *História da Educação*, v. 23, p.1-32, 2019.
- COLLIOT-THÉLÈNE, C.. O conceito de política posto à prova pela mundialização. *Revista De Sociologia e Política*, (12), p.7–20, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000100001>. Acesso em: 02 dez. 2023.

COLUSSI, E. L. Espaços de secularização no século XIX: a atuação da maçonaria no Brasil e no Uruguai. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 103–116, 2003. DOI: 10.15448/1980-864X.2003.2.24021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24021>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COSTA, Rebeka Leite . O Jogo de Tabuleiro diplomático das Independências Platinas frente a realidade material e simbólica da Igreja. *Brasiliensis*, v. 7, p. 131-167, 2018.

DONGHI, Tulio Halperin. *Revolución y Guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

Estado Oriental Del Uruguai. *Constitucion de la Republica de 1830*. Montevideo, 1830. Disponível em <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/documentos/10/HTML>. Acesso em: 02 dez. 2023.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v.12, n.23, jul-dez, 2011.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GAITÁN, Chester Urbina. Miradas a la trayectoria centro americana en los dos siglos de independencia la celebración de la independencia en Nicaragua (1866-1928). *Revista Estudios*.

Costa Rica, (39), p.1-35, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/kelya/Downloads/Dialnet-LaCelebracionDeLaIndependenciaEnNicaragua18661928-7170659.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

HOSIASSON, Laura. *Nação e Imaginação na Guerra do Pacífico*. São Paulo, EDUSP, p. 15-55, 2011.

IZECKSOHN, V. A Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação. *História Unisinos*. 21(3):365-377, Setembro/Dezembro, 2017.

MORÁN, Daniel. Sem Religião não Pode Haver Estado Algum - O Fenômeno Religioso e a Ideologia Providencialista no Peru Durante as Guerras De Independencia, 1810-1825. *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, [S. l.], n. 11, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17171>. Acesso em: 2 dez. 2023.

PHELAN, John Leddy. El origen de la idea de Latinoamérica. In: ZEA, Leopoldo (Comp.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 461-475. In: FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, v.12, n.23, jul-dez, 2011.

RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos. Igreja Católica E Política No Século XIX: Brasil e Colômbia. *III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política – UFPR, 2013*, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba, p.1-27, 2013. Disponível em: <https://e->

democracia.com.br/forumcienciapolitica/edicoesanteriores/2013/especific_files/papers/6NFE.pdf. Acesso em: 30, nov. 2023.

ROJAS VILLAGRA, Luis. *A metamorfose do Paraguai: do esplendor inicial à sua decomposição traumática*. Fundação Rosa Luxemburgo, Asunción, 2014.

SANTOS, Boaventura Sousa (2001)- Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In RAMALHO, Irene; RIBEIRO, António Sousa (org.s) (2001)- *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, p. 23-85, 2001.

SERVELLI, Martín. *A través de la República: corresponsales viajeros en la prensa porteña de entre siglos XIX-XX*. Buenos Aires: Prometeo Livros, p.197-247, 2019.

SILVA, Giovani José. Séculos de história indígena no coração da América do Sul: os chiquitano no (atual) oriente boliviano. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 159-186, dez. 2011.

SOIHET, Rachel. História da América na Universidade Federal Fluminense (UFF) em retrospectiva in: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. *História das Américas*. Rio de Janeiro, FGV, p. 213-241, 2011.

SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: as ondas de integração. *Oikos*, v. 11, n.1, p. 87-126, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/kelya/Downloads/fbrozski,+artigo4.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

STUVEN, Ana Maria . A Igreja Católica Chilena no século XIX : Encontros e desencontros com a modernidade filosófica . *Teol. vida* [on-line]. vol.56, n.2, p.187-217, 2015. ISSN 0049-3449. <http://dx.doi.org/10.4067/S0049-34492015000200002>.

TORRES, G.. Iglesia católica, educación y laicidad en la historia Argentina. *História da Educação*, v. 18, n. 44, p. 165–185, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/CxFgYqsrVpflJWyx7WkDr8P/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 02 dez. 2023.

VELÁZQUEZ BONILLA, Maria Carmela. As mudanças político-administrativas na diocese da Nicarágua e Costa Rica. Das reformas Bourbon à independência. *Hispania Sacra*, [S. l.], v. 63, n. 128, p. 569–593, 2011. DOI: 10.3989/hs.2011.v63.i128.284. Disponível em: <https://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra/article/view/284>. Acesso em: 01 dez. 2023.

YOUNG, E. Revolução e Comunidades Imaginadas no México, 1810-1821. In.: PAMPLONA, DOYLE. *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, p. 267-298, 2008.